

Melillo Dinis do Nascimento

Organizador

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

ASPECTOS CRÍTICOS À LEI Nº 12.846/2013

JAQUES FERNANDO REOLON
JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES
KARINA AMORIM SAMPAIO COSTA
MELILLO DINIS DO NASCIMENTO
RENATO DE OLIVEIRA CAPANEMA

1ª edição

Belo Horizonte



2014

© 2014 Editora Fórum: 800 exemplares

Coordenador da Coleção Jacoby de Direito Público: J. U. Jacoby Fernandes
 Coordenação editorial: Mailson Veloso Sousa
 Revisão: Vinicius da Silva Paiva e Ana Alethéa Osório

Capa: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes
 Interferência na capa e produção gráfica: Walter Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

L525 Lei Anticorrupção empresarial aspectos críticos à Lei nº 12.846/2013 /
 Organizador Melillo Dinis do Nascimento. – Belo Horizonte :
 Fórum, 2014.

Outros autores: Jaques Fernando Reolon ; Jorge Ulisses Jacoby
 Fernandes ; Karina Amorim Sampaio Costa ; Renato de Oliveira
 Capanema

192 p.

ISBN 978-85-7700-829-2

1. Direito Administrativo. 2. Corrupção. 3. Direito constitucional.
 4. Direitos fundamentais. I. Nascimento, Melillo Dinis do. II. Reolon,
 Jaques Fernando. III. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. IV. Costa, Karina
 Amorim Sampaio. V. Capanema, Renato de Oliveira.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas
 Técnicas (ABNT):

NASCIMENTO, Melillo Dinis do (Org.). *Lei Anticorrupção Empresarial: aspectos críticos à Lei
 nº 12.846/2013*. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 192 p. (Coleção Jacoby de Direito Público;
 v. 13). ISBN 978-85-7700-829-2.

Proibida a reprodução desta obra, total ou parcial, por quaisquer processos xerográficos, inclusive
 eletrônicos, sem autorização expressa do editor e do autor.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
--------------------	----

INOVAÇÕES DA LEI Nº 12.846/2013	13
---------------------------------------	----

Renato de Oliveira Capanema

1. Breve relato histórico.....	13
2. Opção pela responsabilização administrativa e civil	15
3. Penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013.....	17
4. Suborno transnacional.....	18
5. Responsabilidade objetiva	19
6. Medidas de integridade (<i>compliance</i> corporativo)	22
7. Cooperação na Lei nº 12.846/2013	26
8. Considerações Finais.....	27

BREVES COMENTÁRIOS À LEI DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA.....	29
---	----

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Karina Amorim Sampaio Costa

1. Do contexto.....	29
1.1. Do contexto histórico.....	29
1.2. Do contexto nacional.....	31
1.3. Do contexto de superpoderes ao Estado utilizados açodadamente	32
2. Da responsabilização	32
2.1. Civil.....	33
2.2. Administrativa	33
2.3. Penal	34
2.4. Das pessoas naturais	34
2.5. Dos agentes públicos	35
2.6. Dos prepostos	36
3. Da abrangência da Lei.....	37
3.1. Da Administração Pública	37
3.2. Das pessoas jurídicas abrangidas.....	38
3.3. Das alterações sociais.....	38
4. Dos atos lesivos à Administração Pública	39

4.1. Da quantidade de normas no Brasil como elemento dificultador da aplicação do direito.....	39
4.2. Das dificuldades de aplicação de dispositivos sobre lesões à Administração Pública	39
5. Da responsabilização administrativa.....	42
5.1. Dos valores da multa	42
5.2. Do critério de cálculo da multa.....	43
5.3. Da sanção de publicação da decisão condenatória.....	43
5.4. Dos critérios para a aplicação das sanções	44
6. Do processo administrativo de responsabilização	44
7. Do acordo de leniência	45
8. Da responsabilização judicial	46
9. Da criação do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.....	47
10. Da vigência	47
11. Dos vetos	48
11.1. Valor da multa – § 6º do art. 6º	48
11.2. Dolo ou culpa – § 2º do art. 19.....	49
11.3. Conduta do servidor – inciso X do art. 7º	49
12. Da questão da constitucionalidade da Lei	50
12.1. Responsabilidade objetiva de pessoa jurídica – hipótese sem previsão constitucional	50
12.2. Da impossibilidade jurídica de extensão infraconstitucional da responsabilidade na forma objetiva	50
12.3. Responsabilidade objetiva e a tutela de princípios.....	51
<i>12.3.1. Princípios tutelados por lei</i>	<i>52</i>
<i>12.3.2. Dos valores superiores da moralidade.....</i>	<i>52</i>
<i>12.3.3. Normas penais de tutela de princípios.....</i>	<i>53</i>
12.4. Compromissos de governo	54
12.5. Cenário incerto sobre a conformidade com a Constituição	55
12.6. Da afronta ao texto constitucional.....	55
12.7. Da vinculação do Poder Público aos direitos fundamentais	56
13. Conclusão.....	57

O CONTROLE DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E A LEI Nº 12.846/2013 – LEI ANTICORRUPÇÃO.....	59
--	-----------

Melillo Dinis do Nascimento

1. Introdução.....	60
2. A corrupção.....	60
2.1. A corrupção no Brasil.....	60
2.2. A corrupção é um fenômeno mundial.....	61

2.3.	Enfrentando a corrupção	62
2.4.	Os problemas da corrupção	63
2.4.1.	<i>O conceito de corrupção</i>	63
2.4.1.1.	<i>Dimensões para pensar um conceito de corrupção</i>	63
2.4.1.1.1.	A dimensão das relações corruptas	64
2.4.1.1.2.	A pluralidade do significado da corrupção.....	64
2.4.1.1.3.	A dimensão estrutural	64
2.4.1.1.4.	A dimensão da reforma	64
2.4.1.2.	<i>Em torno de um conceito</i>	65
2.4.1.3.	<i>Tipos de corrupção</i>	65
2.4.1.3.1.	Corrupção sistêmica	65
2.4.1.3.2.	Corrupção esporádica ou individual	66
2.4.1.3.3.	Corrupção política ou macrocorrupção	66
2.4.1.3.4.	Corrupção burocrática ou microcorrupção.....	67
2.4.1.4.	<i>Corrupção legal e corrupção moral</i>	67
2.4.2.	<i>Os custos da corrupção</i>	70
2.4.3.	<i>O controle da corrupção por meio das instituições</i>	72
3.	Por uma teoria jurídica da corrupção	74
3.1.	O patrimonialismo	75
3.2.	O funcionalismo.....	76
3.3.	A economia.....	78
3.4.	O (neo)institucionalismo	80
4.	O direito brasileiro, suas normas e a corrupção	83
4.1.	O tratamento constitucional antes de 1988.....	84
4.2.	O tratamento infraconstitucional antes de 1988	85
4.3.	O tratamento constitucional após 1988	86
4.4.	O tratamento infraconstitucional após 1988	87
4.5.	Temos leis para enfrentar a corrupção. E daí?	89
4.5.1.	<i>O direito brasileiro e as complexidades do combate à corrupção</i>	89
4.5.1.1.	<i>Pensar o direito a partir da sociedade brasileira</i>	91
4.5.1.2.	<i>O direito público, alguns de seus problemas e a corrupção</i>	92
5.	A Lei nº 12.846/2013	97
5.1.	A estrutura da norma	97
5.1.1.	<i>Os conceitos iniciais da LA</i>	97
5.1.2.	<i>Os atos lesivos da Lei Anticorrupção (LA)</i>	99
5.1.3.	<i>A responsabilização administrativa</i>	100
5.1.4.	<i>O processo administrativo de responsabilização</i>	102
5.1.5.	<i>O acordo de leniência</i>	104
5.1.6.	<i>A responsabilização judicial</i>	107
5.1.7.	<i>Demais disposições da Lei Anticorrupção</i>	108

5.2.	Temas da Lei Anticorrupção	111
5.2.1.	<i>A responsabilidade agora é objetiva</i>	111
5.2.2.	<i>Processo administrativo e devido processo legal</i>	113
5.2.3.	<i>Os sistemas de integridade</i>	114
6.	Desafios da Lei Anticorrupção	115
7.	À guisa de conclusão	115

SANÇÕES DO CONTROLE EXTERNO	117
-----------------------------------	-----

Jaques F. Reolon

1.	Inidoneidade	117
2.	Da legalidade e da interpretação restritiva da penalidade	118
3.	Do devido processo legal e da competência do Plenário	118
4.	Do alcance da penalidade e da defesa nos tribunais de contas	119
5.	Dos recursos e da revisibilidade judicial	120
6.	Dos casos examinados pelo Tribunal de Contas da União	120
7.	Indisponibilidade de bens e sua finalidade	149
7.1.	Dos requisitos para a decretação	149
7.2.	Da substituição por garantia.....	150
7.3.	Do prazo	150
7.4.	Da decretação inaudita altera parte.....	151
8.	Multas aplicadas pelo Controle	152
8.1.	Dos precedentes do Supremo Tribunal Federal.....	154
9.	Da inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança .	155
9.1.	Do prazo	155
9.2.	Dos efeitos.....	156
9.3.	Do caráter pessoal da sanção	156
9.4.	Da natureza da pena	156

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	157
---	-----

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Capítulo I - Disposições Gerais.....	157
Capítulo II - Dos atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira.....	158
Capítulo III - Da responsabilização administrativa	159
Capítulo IV - Do processo administrativo de responsabilização	160
Capítulo V - Do acordo de leniência	162
Capítulo VI - Da responsabilização judicial	163
Capítulo VII - Disposições Finais	164

MENSAGEM Nº 314, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	166
§ 6º do art. 6º - Razões do veto	166
§ 2º do art. 19 - Razão do veto.....	166
Inciso X do art. 7º - Razão do veto	167
ÍNDICE DE ASSUNTOS	169
SOBRE OS AUTORES.....	187